

# ADMINISTRAÇÃO E GESTÃO DAS ESCOLAS SECUNDÁRIAS EM CABO VERDE: PERSPETIVAS E PRÁTICAS DOS DIRETORES

**Mário da Lomba Lopes**

Escola Superior de Educação do Instituto Politécnico de Lisboa

[mlomba28@gmail.com](mailto:mlomba28@gmail.com)

## **Resumo**

O regime de organização e funcionamento dos estabelecimentos do ensino secundário em Cabo Verde, fundamenta-se no pressuposto de garantir às escolas uma maior autonomia, corporizada na ampliação da competência e da capacidade de iniciativa dos seus órgãos, baseado no princípio da participação e o envolvimento efetivo das famílias e da comunidade na configuração e desenvolvimento da educação.

Assim, tendo por base o pressuposto acima referido que realizamos o nosso trabalho, com objetivo principal de analisar as perspetivas e práticas dos diretores sobre as funções que exercem e a sua relação com os principais atores e protagonistas educativos. Para o efeito, adotamos a metodologia de investigação qualitativa, e o estudo de caso múltiplo como a estratégia de investigação que consistiu na análise documental e entrevista semiestruturada realizada com diretores de 9 estabelecimentos do ensino secundário.

A efetivação plena da autonomia por parte das escolas coloca desafios ao diretor, na operacionalização e construção dos instrumentos de regulação que definem e orientam toda a política e ação educativa da escola e potencializadores da sua autonomia. No entanto, esta questão tem-se confrontado com um conjunto de situações que têm dificultado e ou limitado a sua efetivação, principalmente, no que se refere ao processo de constituição e funcionamento dos seus órgãos.

**Palavras-chave:** autonomia, regulação, gestão, liderança e participação.

## **INTRODUÇÃO**

Até meados dos anos oitenta do século passado, os sistemas educativos na maior parte dos países foram marcados por um modo de regulação burocrática fortemente normativa, hierárquica e centralizada, regulada verticalmente a partir de instâncias superiores (o Estado). No entanto, a partir desse período começaram a surgir novas perspetiva na condução das

políticas educativas assente no modo de regulação pós-burocrática, caracterizado por uma regulação mais horizontal que mobiliza novas formas de controlo social e que implica o fomento da participação social e de prestação de contas.

O conceito de regulação aplicado à educação, tem a ver com o modo como o Estado intervém no sistema educativo. Neste sentido, segundo Barroso (2006) o conceito de regulação é utilizado para descrever dois tipos de fenómenos diferenciados, mas interdependentes: os modos como são produzidas e aplicadas as regras que orientam a ação dos atores; os modos como esses mesmos atores se apropriam delas e as transformam.

De acordo com Barroso (2005), podemos destacar dois modos de regulação: a regulação institucional, normativa e de controlo; e a regulação situacional, ativa e autónoma. Em relação ao primeiro caso, a regulação é entendida como o conjunto de ações decididas por uma instância para orientar as ações e as interações dos atores, sobre os quais detém uma certa autoridade (evidenciam-se as dimensões de coordenação, controlo e influência) para introduzir “regras” e “constrangimentos”. Já no segundo caso, a regulação é entendida como um processo ativo e complexo de definição de regras que orientam o funcionamento do sistema e o seu (re)ajustamento provocado pela diversidade de estratégias e ações dos vários atores. Na regulação situacional, ativa e autónoma, se destaca a ideia da existência de uma pluralidade de fontes, de finalidades e modalidades de regulação, em função da diversidade dos atores envolvidos, das suas posições, dos seus interesses e estratégias que configuram uma organização social, como é a escola.

No entanto, independentemente das perspetivas assumidas, as mudanças no processo de regulação implicam sempre alguma transferência de poderes e funções do nível nacional e regional para o nível local, concedendo à escola uma nova centralidade política e administrativa e a questão da autonomia da escola ganha relevância e assume uma centralidade em muitas das reformas educativas iniciadas em vários países nos finais do século vinte.

A autonomia, segundo Weber (1922), citado por Barroso (1997, p. 17) está etimologicamente ligada a ideia de autogoverno, ou seja, a faculdade que os indivíduos (ou organizações) têm de se regerem por regras próprias, a capacidade de se auto-organizarem mediante decisões assumidas internamente pelos seus membros. Na linguagem popular e política, segundo Dias (2008, p. 24), a autonomia das escolas tem sido considerada como uma forma de descentralização educativa ou uma modalidade de autogoverno das instituições.

A autonomia de escola manifesta-se nos mais variados domínios, estratégico, pedagógico, administrativo, financeiro e organizacional, consubstanciado em seu projeto educativo e em função das competências e dos meios que lhe foram consignados. Ela implica o estabelecimento de relações abertas e participativas entre os vários atores dentro da organização, pois, são estes os verdadeiros “donos” do processo “aliás, “autonomia significa, ao contrário de heteronomia, que a ordem (do agrupamento) não é imposta por alguém de fora do mesmo e exterior a ele, mas pelos seus próprios membros” (Weber, 1992, citado por Sarmiento, 1998, citado por Dias, 2008, p. 24).

Em diversos países a implementação da autonomia da escola foi acompanhada por diretrizes legislativas que podemos considerar próximas da “Nova Gestão Pública” onde os princípios de gestão do setor privado foram aplicados à gestão dos serviços públicos. A aplicação destes princípios, visa modernizar a gestão das escolas, de modo a aliviar a administração central das tarefas de execução, introduz procedimentos menos burocráticos e permite formas mais eficazes de controlo (Barroso, 2005). Esta perspetiva, segundo Dias (2008, p. 25) “veio a por

tónica na gestão eficiente dos recursos destinados à educação e na melhoria da qualidade dos serviços prestados, reduzindo a atenção ao contexto de inserção das mesmas”.

A nova gestão pública ligada ao processo de reforço da autonomia das escolas assume particular relevância e constitui, na perspectiva de diversos autores um meio de as escolas terem melhores condições para a prestação de serviço público de educação, uma vez que possibilita aos órgãos da escola decidirem sobre matérias importantes do seu funcionamento, realçando o facto de que “a “autonomia da escola” resulta, sempre, da confluência de várias lógicas e interesses (políticos, gestores, profissionais e pedagógicos) que é preciso saber gerir, integrar e negociar” (Barroso, 1997, p. 20). É um campo complexo de interação entre os vários atores. Neste quadro, o exercício das funções do diretor escolar enquanto líder da organização revela-se hoje de capital importância e fundamental para o bom desempenho da escola na prestação de um serviço educativo de qualidade, porquanto, os líderes escolares são atualmente, colocados no centro estratégico de um desenvolvimento organizacional que se pretende coeso, eficaz e de qualidade (Nóvoa, 1992).

Assim, a problemática da gestão escolar e sua liderança são fundamentais, os diretores escolares, enquanto agentes locais responsáveis pela definição e implementação das políticas educativas são constantemente desafiados a novos conhecimentos, habilidades, atitudes e atenção que favoreçam a capacidade de influenciar o comportamento das pessoas e grupos visando alcançar as metas e os objetivos da organização.

É com base nos pressupostos atrás mencionados, que decidimos realizar um estudo empírico sobre a problemática da administração e gestão escolar em Cabo Verde, concedendo particular atenção à perspectiva e prática dos atores locais - os diretores das escolas do ensino secundário, tendo em conta a importância e o papel que desempenham no quadro da materialização das políticas locais no domínio da educação. O tema de estudo “Administração e Gestão das Escolas Secundárias em Cabo Verde: “Perspetivas e Práticas dos Diretores”, pretende uma abordagem crítica assente no modelo de gestão escolar vigente, decorrente do Decreto-lei 20/2002 de 19 de agosto.

A realização deste estudo tem como principal objetivo analisar as perspetivas e práticas dos diretores sobre as funções que exercem e a sua relação com os principais atores e protagonistas educativos.

## **METODOLOGIA**

Para a realização deste trabalho recorreremos ao paradigma qualitativo ou interpretativo, também designado por hermenêutica, naturalista, qualitativo ou ainda, mais recentemente, construtivista, dado que o estudo realizado visa sobretudo, a compreensão, o significado e ação dos atores. Assim, optamos por uma abordagem metodológica qualitativa tendo como estratégia de investigação o estudo de caso, como sendo aquele que melhor se adequa ao processo de investigação pretendida.

Como técnicas de recolha de dados optamos pela análise documental e a entrevista semiestruturada. Na análise documental socorremo-nos das legislações aplicáveis à educação, designadamente, a Lei de Bases do Sistema Educativo e demais normativos que regulam a organização e o funcionamento dos estabelecimentos do ensino secundário em Cabo Verde. A análise desses documentos constitui uma opção com vista a obter elementos necessário para um melhor enquadramento e análise das questões decorrentes das perspetivas e percepções dos diretores relativamente ao exercício das suas funções. A entrevista semiestruturada realizada a

um conjunto de 9 diretores das escolas secundárias, foi organizada com base num guião orientador previamente definido, cujo tratamento socorreu-se da técnica de análise de conteúdo.

Num total de 9 diretores das escolas secundárias, 5 dessas escolas estão localizadas nos grandes centros urbanos, e as outras 4 escolas localizam-se no interior e/ou nas periferias dos grandes centros urbanos. No que se refere ao tempo de exercício de função dos diretores, 7 estão no intervalo de 2 a 4 anos, 1 está no intervalo de 5 a 8 anos e 1 tem mais de que 10 anos de exercício de função de diretor.

## **RESULTADOS**

Os resultados do estudo realizado tendo por base a análise documental e as entrevistas realizadas (análise de conteúdo) estão refletidos nos pontos que de seguida apresentamos.

O artigo 12º do Decreto-lei nº 20/2002 de 19 de agosto, que define o regime de organização e funcionamento dos estabelecimentos do ensino secundário, estabelece que a gestão pedagógica e administrativa dos estabelecimentos do ensino secundário é assegurada pela Assembleia da Escola, Conselho Diretivo, Conselho Pedagógico e o Conselho de Disciplina, e baseia-se nos princípios de qualidade do ensino, planificação de todas as atividades, direção coletiva, responsabilidade individual e coletiva, controlo social e administrativo das atividades, racionalização na utilização dos meios, inserção nas comunidades, visando a educação para o trabalho, a cultura e a cidadania.

### **Composição e acesso aos órgãos de administração e gestão da escola**

A maioria dos sujeitos (89%) é de opinião que o modelo vigente de organização e funcionamento das escolas secundárias em cabo Verde (a estrutura e o processo formal de composição dos órgãos) é bom. Uma percentagem mínima de sujeitos, referente a 11%, afirma que não tem uma opinião formada sobre o assunto.

No que se refere ao processo de composição e acesso aos órgãos da escola, assentam basicamente em três pressupostos, convite, escolha direta e eleição pelos pares. No caso do conselho diretivo, todos os seus membros foram escolhidos diretamente pelo diretor, conforme previsto na lei, baseado fundamentalmente em critérios como confiança, experiência e competência. Em relação aos outros órgãos verifica-se procedimentos diversos que variam de escola para escola. Constatou-se que há situações em que os mesmos são escolhidos diretamente pelo conselho diretivo, contrariando o legalmente estabelecido, e em outros casos mediante o processo de eleição no seio dos seus pares.

### **Papel e dinâmica de funcionamento dos órgãos**

Nos termos do Decreto-lei 20/2002 de 19 de agosto, a Assembleia da Escola é o órgão representativo da comunidade educativa e dotado de competência para deliberar sobre as questões mais importantes da escola.

Os entrevistados valorizam os diferentes órgãos da escola, contudo, na importância hierárquica entre eles as opiniões dos diretores variam entre a assembleia da escola, o conselho diretivo e o conselho pedagógico. Apenas 22% dos sujeitos consideram que a Assembleia da Escola é o

órgão mais importante e que está acima de todos os outros órgãos, uma vez que se a assembleia não funcionar a escola incorre em ilegalidades. Entretanto, mesmo esses respondentes tendem a expressar a ideia de que, em termos práticos a assembleia da escola está relegada para o segundo plano, enfrentando alguns problemas, principalmente em termos de funcionamento e também porque nem sempre tem pessoas a altura, nem assumem plenamente as suas responsabilidades.

Em termos do protagonismo do dia-a-dia na escola 44% dos diretores entendem que o Conselho Diretivo e o Conselho Pedagógico são os órgãos mais importantes. Os outros, 33% dos diretores entendem que todos os órgãos são importantes de acordo com as suas competências e que todos são necessários para o normal funcionamento da escola.

Estes dados sugerem um modelo de gestão “praticado” que não corresponde ao consagrado na legislação, sendo a presença e representação comunitária ainda pouco expressiva em Cabo Verde.

Um outro aspeto a realçar tem que ver com a responsabilidade e disponibilidade das pessoas, uma vez que cerca de 78% dos diretores apontam a questão da não assunção de responsabilidade e a pouca disponibilidade das pessoas como um problema de maior relevo e que tem afetado negativamente o normal funcionamento dos órgãos, principalmente a Assembleia da Escola. A necessidade das pessoas assumirem um papel mais ativo nos órgãos foi também apontada pelos sujeitos (33%) como um outro constrangimento ao normal funcionamento dos órgãos.

Alguns órgãos da escola, particularmente, a Assembleia da Escola, tem funcionado com alguma dificuldade e sem que estejam representados todos os elementos previstos na lei, faltando em alguns casos, os representantes dos pais encarregados de educação, funcionários e representantes de outras instituições. Verifica-se assim, alguma contradição entre o discurso e a prática dos diretores. Se no discurso, consideram boas a estrutura e o processo formal de composição dos órgãos, na prática não acontece o mesmo, uma vez que nem sempre adotam os procedimentos formalmente estabelecidos para o mesmo, pondo em causa os princípios da legalidade, participação e controlo social

### **Autonomia e relação com os atores e demais parceiros**

A autonomia da escola significa “o poder reconhecido à escola ou ao agrupamento de escolas pela administração educativa de tomar decisões (Lemos & Silveira, 1998, p. 201)”. A autonomia de escola manifesta-se nos mais variados domínios, estratégico, pedagógico, administrativo, financeiro e organizacional, consubstanciado em seu projeto educativo e em função das competências e dos meios que lhe foram consignados.

Em Cabo Verde, a lei estabelece que as escolas secundárias gozam de autonomia administrativa e financeira para efeitos de cobrança e utilização das propinas e emolumentos, bem como dos demais rendimentos gerados na exploração do património que lhes está afeto.

Entretanto, os dados do estudo, evidenciam que nem todos os diretores entrevistados têm a mesma perceção sobre o grau de autonomia que as escolas cabo-verdianas detêm. Por conseguinte, apenas um terço dos entrevistados considera que as escolas gozam de total autonomia para através do seu orçamento privativo financiar e realizar as atividades programadas. A maioria dos sujeitos (56%) partilham da ideia de que as escolas secundárias gozam de uma autonomia relativa, uma vez que há determinadas decisões a tomar que carecem de autorização superior. Uma percentagem mínima (11%) dos diretores considera que as

escolas não gozam de nenhuma autonomia, nem autonomia administrativa e financeira e nem autonomia pedagógica, acrescentando que a última palavra cabe sempre às finanças e/ou os serviços centrais do Ministério da Educação.

Em termos de relações com os serviços centrais, os dados apontam para duas situações distintas, isto é, momentos de diálogo e colaboração, mas também, situações em que têm prevalecido mais uma posição de hierarquia e imposição por parte dos serviços centrais.

Estes aspetos evidenciam traços que configuram o modo de regulação burocrática, presente nos sistemas educativos centralizados. Isto se depreende por um lado, pelo fato de nas relações entre a escola e os serviços centrais, tem prevalecido momentos de imposição e hierarquia referido pelos sujeitos, mas também, por outro lado, quando através do representante do ministério (Delegado) no concelho se tem realizado ações mensais de coordenação e planificação das atividades, levando as escolas a uniformizar os seus processos de atuação. Este aspeto, acaba por entrar em contradição com os princípios básicos da autonomia, que tem que ver com as especificidades e a realidade local de cada escola.

### **Participação**

A prestação de um serviço educativo de qualidade assente nos pressupostos da participação e envolvimento de todos os atores no processo de organização e funcionamento da escola exige dos seus atores um comprometimento forte por forma a poderem estar engajados no seu projeto pedagógico e administrativo.

A promoção da participação e democratização da escola só é possível num contexto escolar onde os professores, os pais e os representantes da comunidade local participam nas discussões e tomadas de decisão.

Os dados do estudo revelam que a participação da comunidade educativa na escola é efetivada essencialmente através dos seus representantes na Assembleia da Escola (participação indireta). Assembleia da Escola é o órgão representativo da comunidade educativa e dotado de competência para deliberar sobre as questões mais importantes da vida escolar. Neste sentido, estamos perante uma forma de participação decretada (instituída e regulamentada formalmente). Esta forma de participação, segundo a perspetiva defendida por Paterman (1970), citado por Afonso (1993, p.138), em termos da capacidade de decisão garantida aos participantes, se situa no terceiro nível, o mais elevado, isto é, a participação total, onde é reconhecido a todos a mesma capacidade para influenciar as decisões a tomar.

No entanto, verifica-se alguma contradição entre o discurso dos sujeitos (formalmente instituída) e a prática, mormente, a existência de espaços de participação da comunidade educativa na vida da escola, a efetivação da mesma está longe de ser o desejado, tendo em conta, que o não funcionamento regular da Assembleia da Escola (periodicidade das reuniões e participação dos seus membros) para discussão e aprovação de assuntos importantes, constitui num dos maiores constrangimentos ao normal funcionamento das escolas.

Os diretores têm dado alguma importância relativamente à questão de garantir um maior envolvimento da comunidade educativa na vida escolar. A perceção que a maioria dos diretores (78%) tem é que, uma boa parte da comunidade educativa, principalmente, alunos e professores se identificam com a escola e se sentem parte da organização.

Quanto ao grau de envolvimento, a maioria (55%) dos diretores consideram que os professores são os que mais se envolvem, ao contrário dos alunos e pais encarregados de educação em que se verifica um grande défice de participação e envolvimento na vida da escola. Esta questão, é

igualmente evidenciada, quando os sujeitos afirmam que as pessoas mesmo quando participam nas reuniões, não questionam e não querem saber de nada e preocupam-se apenas em cumprir com as obrigações legais.

## **CONCLUSÕES**

A investigação realizada pretendia analisar e compreender a problemática da administração e gestão escolar em Cabo Verde, com enfoque nas perspetivas e práticas dos diretores e a sua relação com os demais atores educativos. Os resultados obtidos permitem-nos formular algumas considerações que de seguida passamos a apresentar.

O modelo de organização e funcionamento dos estabelecimentos de ensino secundário em Cabo Verde encontra-se definido pelo DL n.º 20/2002 de 19 de agosto, estabelecendo os principais órgãos de administração e gestão, o processo de constituição dos mesmos e as competências inerentes a cada um dos órgãos. Este modelo é considerado adequado pela maioria dos diretores, no que concerne ao seu aspeto formal, sendo que na prática, as competências e os papéis dos diferentes órgãos têm sido muitas vezes invertidos ou esvaziados de conteúdo.

A Assembleia da Escola, nos termos da legislação vigente, é o órgão de participação e de coordenação dos diferentes sectores da comunidade educativa, responsável pela definição e orientação das atividades da escola. No entanto, concluímos, que em alguns casos esse órgão, tem funcionado com alguma dificuldade e sem que estejam representados todos os elementos previstos na lei, faltando uma parte muito significativa da comunidade escolar e educativa.

Em termos da importância dos órgãos, concluímos que os diretores valorizam os diferentes órgãos da escola, mas não existe unanimidade no que respeita à hierarquia entre eles. No entanto, aqueles que consideram a Assembleia da Escola, como sendo o órgão mais importante, tendem a expressar a ideia de que, em termos práticos a mesma está relegada para um plano secundário, atribuindo uma maior importância e protagonismo ao Conselho Diretivo. A não assunção de responsabilidades e a pouca disponibilidade das pessoas são os principais problemas que têm afetado negativamente o normal funcionamento dos órgãos da escola, principalmente a Assembleia da Escola.

Nos termos da legislação Cabo Verdiana, as escolas do ensino secundário gozam de autonomia administrativa e financeira. A investigação realizada, permitiu-nos concluir que nem todos os diretores têm a mesma perceção sobre o grau de autonomia que as escolas cabo-verdianas detêm, uma vez que as opiniões divergem entre a autonomia relativa, autonomia total e sem autonomia. A maioria dos diretores considera que as escolas gozam de uma autonomia relativa, dado que há determinadas decisões a tomar que carecem de autorização superior, seguido daqueles que consideram que as escolas gozam de total autonomia para através do seu orçamento privativo financiar e realizar as atividades programadas, e finalmente, numa posição mais extremada surgem aqueles que consideram que as escolas do ensino secundário não gozam de nenhuma autonomia.

A efetiva democratização da escola pressupõe uma participação ativa dos atores educativos na gestão do seu processo político e pedagógico e de prestação de contas. Em termos da comunidade educativa, constitui ainda, uma realidade em construção, e ainda muito dependente do normal e regular funcionamento da Assembleia da Escola, que nos termos da lei, é o órgão representativo de toda a comunidade educativa. Pelos dados do estudo realizado, não se

depreende uma ação ativa e concertada dos diferentes atores, que visa participar nas análises e discussões dos principais documentos orientadores da ação educativa da escola.

A participação educativa em Cabo Verde, embora seja uma realidade formalmente consagrada em termos teóricos, traduz-se na prática num conjunto de constrangimentos que tem dificultado a sua efetivação, nomeadamente, o não funcionamento regular da Assembleia da Escola. É ainda, uma realidade emergente, com características que podem ser consideradas próximas da chamada participação passiva onde os próprios atores revelam atitudes e comportamentos de falta de motivação, alheamento e de falha de informação.

### REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- Afonso, N. (1993). *A reforma da administração escolar*. Lisboa: Instituto de Inovação Educacional.
- Barroso, J. (1997). *Autonomia e Gestão das Escolas*. Ministério da Educação.
- Barroso, J. (2005). O estado, a educação e a regulação das políticas públicas. *Educação & Sociedade*, Vol. 26, 725-751.
- Barroso, J. (2005). *Políticas educativas e organização escolar*. Lisboa: Universidade Aberta.
- Barroso, J. (2006). A investigação sobre a regulação das políticas públicas de educação em Portugal. Em J. Barroso, (Org.) *A regulação das políticas públicas de educação: espaços, dinâmicas e atores* (pp. 9-39). Lisboa: Educa | Unidade de I&D de Ciências da Educação.
- Dias, M. (2008). *Participação e poder na escola pública: 1986-2004*. Lisboa: Edições Colibri/Instituto Politécnico de Lisboa.
- Lemos, J., & Silveira, T. (1998). *Autonomia e gestão das escolas: Legislação anotada, texto de apoio à elaboração do regulamento interno*. Porto Editora, LDA.
- Nóvoa, A. (1992). Para uma análise das instituições escolares in Nóvoa, A. *As organizações escolares em análise* (org.) Lisboa: Publicações D. Quixote, pp. 13-43.

### LEGISLAÇÃO

- Lei n.º 103/III/90, de 29 de dezembro. Define os princípios fundamentais da organização e funcionamento do sistema educativo cabo-verdiano
- Decreto-Lei n.º 77/94 de 27 de dezembro. Define o regime de direção, administração e gestão dos polos educativos do ensino básico
- Lei n.º 113/V/99 de 18 de outubro. Revê as Bases do Sistema Educativo, aprovadas pela Lei n.º 103/III/90, de 29 de dezembro
- Decreto-lei n.º 20/2002 De 19 de agosto. Define os princípios básicos de criação de um regime de organização e gestão dos estabelecimentos do ensino secundário.
- Decreto-Legislativo n.º 2/2010: Revê as Bases do Sistema Educativo, aprovadas pela Lei n.º 103/III/90, de 29 de dezembro, na redação dada pela Lei n.º 113/V/99, de 18 de outubro.

# REPRESENTAÇÕES DOS UTILIZADORES DE DROGA ACERCA DA SALA DE CONSUMO VIGIADO

**Inês Campos Barbosa\***

**Miguel Prata Gomes\*\***

**Agostinho Rodrigues Silvestre\*\*\***

Escola Superior de Educação de Paula Frassinetti

[\\*inescamposbarbosa@gmail.com](mailto:inescamposbarbosa@gmail.com), [\\*\\*mpratagomes@gmail.com](mailto:mpratagomes@gmail.com), [\\*\\*\\*agostinhosilvestre@sapo.pt](mailto:***agostinhosilvestre@sapo.pt)

## Resumo

O presente artigo decorre de um Trabalho de Projeto sobre a representação dos utilizadores de droga acerca das Salas de Consumo Vigiado.<sup>1</sup> No Projeto pretendeu-se identificar as vantagens e desvantagens da implementação desta estrutura e conhecer a perspetiva dos utilizadores de droga. Inicialmente é realizada uma síntese da revisão bibliográfica e, posteriormente, apresentamos a investigação empírica que levamos a cabo. Optamos por proceder à realização de seis entrevistas individuais em profundidade, na cidade do Porto, mais concretamente na Freguesia de Lordelo do Ouro e Massarelos, entre os meses de fevereiro e agosto de 2017. A amostra foi selecionada de forma intencional, tendo em conta variáveis como a idade, género e tempo de consumo. Quanto à análise de dados obtidos utilizamos a análise de conteúdo. Os dados da investigação revelaram que não existe um consenso claro entre os utilizadores de droga acerca da implementação da Sala de Consumo Vigiado. Ao longo da investigação surgiram também outros aspetos que devem ser tidos em conta, como a necessidade dos utilizadores de droga poderem expressar a sua opinião face a este fenómeno, o impacto que o tráfico de substâncias ilícitas teria decorrente da implementação das Salas de Consumo Vigiado, bem como a qualidade da substância psicoativa que estão a consumir.

No final, propomos um Projeto de Intervenção que tem como base a opinião dos utilizadores de droga acerca da implementação da Sala de Consumo Vigiado, com o objetivo de desenvolver um debate entre agentes significativos da comunidade.

---

<sup>1</sup> Barbosa, I. (2017). *Representações dos utilizadores de droga acerca da Sala de Consumo Vigiado* (Trabalho de Projeto do Mestrado em Intervenção Comunitária). Porto, Escola Superior de Educação de Paula Frassinetti. Disponível em: <http://hdl.handle.net/20.500.11796/2523>

**Palavras-chave:** Comunidade; Drogas; Utilizadores de Droga; Sala de Consumo Vigiado.

## INTRODUÇÃO

A presente investigação surge no âmbito do Trabalho de Projeto do Mestrado em Intervenção Comunitária, área de especialização em Contextos de Risco, realizado de outubro de 2016 a outubro de 2017, na Escola Superior de Educação de Paula Frassinetti, Porto, Portugal.

O que nos motivou a realizar dita investigação e a aprofundar os nossos conhecimentos foi a pertinência desta temática aliada aos obstáculos que, na sociedade atual, ainda se fazem notar quanto à construção de novas estratégias de apoio tanto para os utilizadores de droga como para a comunidade.

Inicialmente serão abordados e clarificados alguns dos conceitos relacionados com este tema, como por exemplo, a droga, as toxicodependências, as políticas públicas das drogas e a Sala de Consumo Vigiado.

Em seguida, centramo-nos na parte metodológica e prática: trata-se de uma investigação qualitativa, como método da investigação, e entrevistas individuais em profundidade, como técnica e instrumento de recolha de dados. A amostra foi selecionada através do género, tendo um total de três homens e três mulheres; da idade, compreendida entre os 34-59 anos de idade e; ainda, dos anos de consumo de substâncias psicoativas (heroína, cocaína e haxixe), tendo por base consumos de longa, média e curta duração. Apresentaremos os principais resultados das entrevistas.

No final, apresentaremos o desenho de um Projeto de Intervenção que foi delineado seguindo os objetivos da investigação e decorrente das conclusões retiradas da análise de dados realizada. Como em qualquer investigação é necessário formular uma questão de partida, sendo esta a seguinte: “*Quais são as representações dos utilizadores de droga acerca das Salas de Consumo Vigiado?*”. Elaboramos questões de investigação com o objetivo de nos guiarem e orientarem na recolha e análise de dados fornecidos. Desta forma, pretendemos compreender as representações dos utilizadores de droga acerca das Salas de Consumo Vigiado, visto que só ouvindo o conjunto das suas opiniões, crenças e ideias é que conseguimos entender se existe a necessidade de a mesma ser implementada; e perceber o atraso na implementação da Sala de Consumo Vigiado, dado que está prevista no Decreto-lei nº183/2001 de 21 de junho, ou seja, há 16 anos. Assim sendo, pretendemos perceber qual o motivo que justifica que a implementação desta estrutura esteja a ser tão demorada.

Com esta investigação, pretendemos também captar as representações dos utilizadores de droga sobre a Sala de Consumo Vigiado. Delinearam-se os seguintes objetivos específicos: analisar a importância da Sala de Consumo Vigiado; identificar as vantagens e desvantagens da Sala de Consumo Vigiado para os utilizadores de droga; e, ainda, conhecer as opiniões, perceções e representações dos mesmos face à estrutura.

De acordo com a vertente na qual nos situamos e face aos resultados obtidos, podemos entender que a implementação da Sala de Consumo Vigiado na cidade do Porto seria benéfica, visto que esta estrutura é um local limpo, onde se podem utilizar materiais de injeção esterilizada, os utilizadores de droga teriam mais condições higiénicas e seguras, respostas de seguimento e acompanhamento, seriam reduzidos os consumos públicos e a transmissão de doenças infectocontagiosas. As questões que ficaram por responder são: porque razão existe uma lei (Decreto-lei nº183/2001) que afirma a existência de uma Sala de Consumo Vigiado mas, na realidade, esta estrutura não existe? Não nos podemos esquecer que é uma política de

diminuição de riscos, porque é que fechamos os olhos à realidade?

É necessário combater os entraves que existem para uma melhor qualidade de consumo e de saúde para os utilizadores de droga. É de realçar que este fenómeno também é uma questão de saúde pública, ou seja, o envolvimento da própria comunidade é crucial, visto que envolve o bem-estar social, mental, espiritual e físico.

### **O FENÓMENO DROGA E AS TOXICODEPENDÊNCIAS: ABORDAGEM**

Ao longo dos tempos, a droga foi entendida tanto como benéfica, como nociva, conforme a época, a cultura e, sobretudo, conforme os motivos dos consumos.

Desta forma, a sua visão foi alvo de variadas interpretações e significados, sujeitando-se ao olhar da sociedade, ou seja, foi e é caracterizada devido a uma construção social (Nunes, 2007, p.232). Cardoso (2001, p.9), refere que a representação social da palavra droga “*remete-nos para doença, insegurança, criminalidade, atropelos morais e sociais, entre outros*”. Contudo, o conceito “droga” é tão diversificado e abrangente que “*droga*” não quer dizer sempre a mesma coisa» (Fernandes, 1990, p.3).

Geralmente a comunidade relaciona droga com crime, doença ou estilo de vida. Segundo Dollard Cormier (Pinto-Coelho, 1998, citado por Pereira, 2013, p.13) “*a toxicoddependência é um estilo de vida*” e para Olivenstein (1990, citado por Nunes, 2003, p.2) a toxicoddependência resulta do “*encontro de uma personalidade, de um produto e de um momento sociocultural*”.

A nossa perspetiva debruça-se sobre a relação droga-estilo de vida, visto que o fenómeno das toxicoddependências vai ao encontro do indivíduo e do contexto, como também da cultura de valores que lhe é atribuída pelos utilizadores de droga, ou seja, convívio, padrões de consumo e trajetórias de vida.

### **Políticas Públicas das Drogas**

A história da evolução das políticas públicas das drogas em Portugal começou a partir dos anos 70. A partir desse momento, existiram três fases, sendo que na terceira foi implementado o Decreto-lei nº183/2001 de 21 de junho, que segundo Barbosa (2009, p.37) destaca o reconhecimento da importância da redução de danos, enquanto medida de saúde pública alternativa ao modelo de abstinência. Deste modo, desenvolveram-se um conjunto de programas e estruturas sócio sanitárias destinadas à sensibilização e ao acompanhamento para tratamento, bem como à prevenção.

Assim sendo, foi desenvolvido o Programa de Redução de Riscos e Minimização de Danos, que se rege por uma abordagem humanista, ou seja, pretende assegurar no utilizador de droga a noção da sua própria dignidade e estabelecer, se o mesmo desejar, acesso a programas de tratamento. Bem como uma abordagem pragmática, que pretende reduzir os danos de consumo e favorecer a diminuição do risco de doenças infectocontagiosas (Cruz, 2005, p.67). Este programa também visa o bem-estar do utilizador de droga, bem como a proteção da saúde pública, visto que envolve o bem-estar social, mental, espiritual e físico de todos os indivíduos da comunidade.

No que remete à Sala de Consumo Vigiado, segundo Rhodes et al. (2006, citado por Wolf, Linssen & Graaf, 2003, citado por Valério, 2009, p.115) esta visa retirar os utilizadores de droga de locais abandonados, para estes realizarem os seus consumos em condições que minimizem consequências relativamente à sua saúde. Para além disso, os autores afirmam que a criação desta

estrutura diminuiria as situações incómodas para com a população não consumidora, visto que esta tem de lidar com a visibilidade dos consumos. Atualmente, existem setenta e cinco Salas de Consumo Vigiado oficiais a funcionar em sete países europeus, sendo eles, a Dinamarca, Alemanha, Luxemburgo, Noruega, Holanda, Espanha e França.

## PLANIFICAÇÃO E FUNDAMENTAÇÃO PARA A INVESTIGAÇÃO

### Método e desenho da Investigação

Quanto à investigação empírica é necessário escolher o melhor método, visto que o mesmo pretende orientar-nos para todos os processos de investigação.

Pretendemos seguir com o método de análise intensiva, ou seja, uma investigação qualitativa, visto que neste método o investigador observa, descreve, interpreta e aprecia o meio, ou seja, baseia-se na compreensão global, profunda e nos significados que os sujeitos atribuem ao fenómeno. Deste modo, não pretendemos seguir pela via da representatividade, mas sim da compreensão do significado que cada indivíduo tem para com os acontecimentos e as interações em situações específicas.

### Procedimentos para a recolha de dados

No caso desta investigação, o universo seria excessivamente grande para ser totalmente abrangido. Assim sendo, como em qualquer investigação social, normalmente não sendo possível envolver a totalidade dos indivíduos que se pretende estudar, é necessário delinear a população-alvo e restringi-la a uma amostra. Deste modo, a população-alvo foi selecionada de forma intencional e de acordo com os objetivos. Os elementos que foram tidos em conta para a seleção da amostra foram o género, a idade e o tempo de consumo.

A investigação decorreu na cidade do Porto, mais concretamente na Freguesia de Lordelo do Ouro e Massarelos, entre o mês de fevereiro e agosto de 2017. Numa análise geral, foram entrevistados três utilizadores de droga do género masculino e três utilizadores de droga do género feminino; as suas idades estão compreendidas entre os trinta e quatro e cinquenta e nove anos de idade; e quanto aos tempos de consumo, são de curta, média e longa duração, como podemos verificar na seguinte tabela:

Tabela I. Identificação e Caracterização dos Entrevistados

Participante	Idade	Género	Tempos de Consumo
PA	59	Masculino	36 anos
LF	48	Masculino	20 anos
AC	34	Feminino	20 anos
LM	52	Feminino	25 anos
AM	42	Masculino	15 anos
MB	50	Feminino	30 anos

### **Técnica e instrumentos de recolha de dados**

A recolha de dados da investigação foi realizada a partir de um conjunto de técnicas e ferramentas.

Inicialmente optamos por realizar um focus group com os utilizadores de droga, contudo não foi possível a sua concretização. Ao longo da investigação encontramos algumas adversidades, tais como a dificuldade em juntar todos no mesmo local e hora, visto que os mesmos têm prioridades diferentes, assim como se verificou menor receptividade de elementos do sexo feminino.

Assim sendo, recorremos à técnica de entrevistas individuais em profundidade que consiste numa conversa intencional, com o objetivo de obter informações sob a outra pessoa (Morgan, 1998, citado por Bogdan & Birklen, 1994, p.134). Deste modo, a entrevista foi uma estratégia essencial para a recolha de dados, visto que nos permitiu compreender a ideia que o indivíduo interpreta (Bogdan & Birklen, 1994, p.134).

De modo a obtermos as entrevistas, deslocámo-nos com uma equipa de rua, onde estabelecemos uma relação com os utilizadores de droga. Desta forma, explicamos claramente o propósito da entrevista e garantimos a confidencialidade e o anonimato das informações prestadas, e ao fim de algumas semanas mostraram-se receptivos e disponíveis para as entrevistas. De modo a registarmos os dados da investigação, realizamos gravações em áudio, apenas para posterior análise, sendo que as entrevistas foram realizadas de forma presencial, em meio natural, ou seja, em contexto de rua. Durante o processo de recolha de dados, tivemos certas dificuldades em obter entrevistas por parte de elementos do sexo feminino, e ainda, marcações de entrevistas nas quais alguns dos entrevistados não compareceram.

### **PROCEDIMENTOS DE TRATAMENTO E ANÁLISE DE DADOS**

No que se refere ao tratamento e análise dos dados, fizemos as transcrições de cada entrevista e, posteriormente, procedemos à análise de conteúdo.

Segundo Bardin (2009, p.89), esta “*procura conhecer aquilo que está por trás das palavras sobre os quais se debruça [...] é a busca de outras realidades através das mensagens*”, ou seja, baseia-se em analisar os dados qualitativamente e obter o sentido dos conteúdos. Desta forma, permitiu-nos compreender as atitudes, opiniões, perceções e representações dos entrevistados.

Os dados recolhidos foram submetidos a uma análise de conteúdo categorial. Guerra (2006, p.80) define análise categorial como “*a identificação das variáveis cuja dinâmica é potencialmente explicativa de um fenómeno que queremos explicar*”, ou seja, pretendemos interpretar os dados dos vários discursos dos entrevistados, tendo em conta determinadas categorias fundamentais.

Posteriormente, elaboramos grelhas de análise de conteúdo com o objetivo de retirar das entrevistas os tópicos chave, no sentido de captar os pontos mais importantes de cada entrevistado. Apesar das entrevistas terem um guião, as categorias foram surgindo também a partir do próprio conteúdo retirado das entrevistas. Desta forma, resultaram quinze categorias, quinze subcategorias e três temas categoriais: Sala de Consumo Vigiado, Comunidade e Saúde.

## APRESENTAÇÃO E INTERPRETAÇÃO DOS RESULTADOS

Quanto à apresentação dos resultados da investigação apenas iremos abordar alguns dos dados.

De um modo geral, os entrevistados referem que já tinham ouvido falar sobre a Sala de Consumo Vigiado e consideram muito importante a sua implementação, visto que assim já não existiriam tantos utilizadores de droga a consumir na rua (Entr. AC: “Entras lá dentro, onde tem todo o material que tu quiseres, tem enfermeiros à disposição.”). Contudo, um entrevistado afirma que antes da sua implementação deverá ser feita uma experiência para verem qual é o resultado (Entr. LF: “Acho que é importante, mas seria importante fazer uma experiência, antes de implementar.”). A maioria dos entrevistados afirmam que o único local adequado para a implementação da estrutura será precisamente nos Bairros de tráfico e consumo, visto que o utilizador de droga não se irá deslocar porque quer consumir de imediato (Entr. AC: “Tem de ser nos Bairros, onde se compra (...) o pessoal é muito preguiçoso.”). Contudo, houve quem afirmasse que não pode ser junto às residências, visto que a comunidade não irá aprovar, ou seja, terá de ser numa zona neutra (Entr. PA: “Tem de ser num terreno baldio, assim longe (...) às residências das pessoas, isso acho que não podia ser mesmo.”). Relativamente à qualidade da substância, os entrevistados afirmam que será importante ser analisada com o objetivo de os utilizadores de droga terem a noção do que estão a consumir, deste modo, devia existir um teste onde se possa medir a quantidade de percentagem da substância psicoativa. A implementação da Sala de Consumo Vigiado, é do interesse dos consumidores, mas segundo os entrevistados, também é da comunidade local, visto que irá diminuir os consumos “*a céu aberto*” e o material espalhado no chão (Entr. AM: “Iriam aplaudir”). Desta forma, também é uma questão de higiene e limpeza. Contudo, alguns entrevistados reforçam o facto de que se a estrutura for perto das residências a comunidade poderá não aprovar (Entr. MB: “Alguns moradores são capazes de não gostar muito.”).

Um dos entrevistados afirma que a Sala de Consumo Vigiado só não terá impacto no tráfico, se esta não conter a substância (Entr. PA: “De pé atrás não ficavam, se não tivesse produto.”). Relativamente ao consumo VS. tráfico, um entrevistado refere que o traficante não deixará a substância ser obtida na Sala de Consumo Vigiado, visto que irá estragar-lhe o negócio (Entr. PA: “Os traficantes não deixavam vocês terem o produto”; “Isso garanto eu, mas em qualquer lado, porque estão a estragar-lhes os clientes.”). Por fim, os entrevistados referem que ainda existe material espalhado, o que é bastante preocupante, tanto para os utilizadores de droga, como para a comunidade local (Entr. AC: “O consumir na rua é seringas no chão, é sujidade, é overdoses.”). Contudo, um dos entrevistados afirma que mesmo que a Sala de Consumo Vigiado seja implementada, a exposição dos consumos “*a céu aberto*” continuará a existir, visto que não será possível deslocar todos os utilizadores de droga para a estrutura (Entr. LF: “(...) o prazer ou a busca pelo prazer, o atenuar o sofrimento é mais importante e é ao segundo (...) então deslocar todos os consumidores para as salas de chuto e isso não vai acontecer, é impensável (...) portanto acabar com esta exposição, com estes consumos de rua, nunca mais.”). Com a realização das entrevistas concluímos que os utilizadores de droga sentem a necessidade de expressarem a sua opinião face ao fenómeno da droga e das toxicodependências, e por tudo o que foi referido anteriormente questionamo-nos sobre se uma eventual Sala de Consumo Vigiado fornecer a substância psicoativa, com o objetivo de os utilizadores de droga saberem especificamente o que estão a consumir, se estaríamos, de certa forma, a “legalizar o tráfico”. Em suma, ao longo das entrevistas verificamos uma reprodução do

discurso dominante por parte dos utilizadores de droga, ou seja, a sua maioria nas respostas que deram durante a entrevista, foram ao encontro do discurso do senso comum sobre a implementação da Sala de Consumo Vigiado e também que não existe um consenso entre os utilizadores de droga perante a implementação da estrutura.

### **DESENHO DO PROJETO DE INTERVENÇÃO**

Por fim, apresentamos aqui o desenho de um possível Projeto de Intervenção.

Neste caso, apenas elaboramos o desenho do projeto tendo em conta o tema, objetivos e as conclusões retiradas das entrevistas aos utilizadores de droga.

Desta forma, os objetivos são os mesmo da investigação. O objetivo geral passa por captar as representações dos utilizadores de droga sobre a Sala de Consumo Vigiado e com os objetivos específicos pretendemos analisar a importância da Sala de Consumo Vigiado; identificar as vantagens e desvantagens da Sala de Consumo Vigiado para os utilizadores de droga; e, ainda, conhecer a perspetiva dos utilizadores de droga sobre a Sala de Consumo Vigiado.

Os destinatários são os utilizadores de droga e representantes políticos, sociais e comunitários, mais concretamente, Presidentes das Juntas de Freguesia, Presidentes de Associações de Moradores, Pároco, entre outros.

O projeto pretende devolver a informação fornecida pelos entrevistados, de forma a apresentar-lhes os resultados obtidos e pedir-lhes a opinião sobre o Projeto de Intervenção.

As principais vertentes são: “*dar voz*” ao utilizador de droga e o debate público entre representantes políticos, sociais e comunitários e os utilizadores de droga. Inicialmente, pretendemos abordar temas direcionados à Sala de Consumo Vigiado unicamente com os utilizadores de droga, de forma a percebermos o que é que os próprios pensam sobre a implementação desta estrutura, se é viável ou não, sendo a sua opinião fundamental. Posteriormente, a realização do debate público entre os representantes políticos, sociais e comunitários e os utilizadores de droga, sendo pertinente no sentido de os mesmos expressarem as suas opiniões.

A sua localização será na cidade do Porto e as parcerias previstas serão a Câmara Municipal do Porto, Juntas de Freguesia e Serviço de Intervenção nos Comportamentos Aditivos e nas Dependências. O projeto segue uma linha de metodologia participativa, pois a intervenção dos utilizadores de droga é fundamental, visto que serão os próprios a orientar a maioria das sessões de atividades. O projeto já contém algumas atividades, contudo inicialmente, realizaremos uma reunião de brainstorming com os utilizadores de droga e os representantes políticos, sociais e comunitários, com o objetivo de lhes apresentarmos o Projeto de Intervenção e discutirmos os principais problemas sentidos pelos próprios e pela comunidade.

Quanto à equipa, esta é multidisciplinar e composta por uma educadora social, que dirige o projeto, um enfermeiro e psicólogo, e serão feitas reuniões semanais. O projeto passará por uma avaliação contínua, através de relatórios de cada atividade elaborados pelo coordenador; inquéritos no final de cada atividade realizada para analisar o nível de satisfação dos utilizadores de droga e/ou representantes políticos, sociais e comunitários; constante avaliação e remodelação, caso seja necessário. Terá a durabilidade de um ano, sendo que poderá ser renovado ou alargado para outras zonas da cidade do Porto, dependendo dos resultados e da avaliação.

Por fim, passaremos à apresentação e planificação das atividades descrevendo cada uma com os

ATAS DO IV ENCONTRO DE MESTRADOS EM EDUCAÇÃO E ENSINO  
DA ESCOLA SUPERIOR DE EDUCAÇÃO DE LISBOA

seus respetivos objetivos, recurso, destinatários, local e frequência, como podemos verificar na seguinte tabela:

Tabela 2. Planificação das Atividades do Projeto de Intervenção

<b>Atividade</b>	<b>Objetivos</b>	<b>Recursos</b>	<b>Destinatários</b>	<b>Local</b>	<b>Duração</b>
<b>Reunião de brainstorming</b>	Apresentar e discutir o projeto.	Enfermeiro; Educadora Social; Psicólogo.	Utilizadores de Droga	A designar	Uma vez
<b>Importância da Sala de Consumo Vigiado</b>	Perceber com a importância da Sala de Consumo Vigiado	Enfermeiro; Educadora Social.	Utilizadores de droga	A designar	Uma vez por semana
<b>Localização da Sala de Consumo Vigiado</b>	Identificar os locais para a Sala de Consumo Vigiado	Educadora Social; Psicólogo	Utilizadores de droga	A designar	Uma vez por semana
<b>Modelo da Sala de Consumo Vigiado</b>	Compreender qual o modelo da Sala de Consumo Vigiado mais adequado	Enfermeiro; Educadora Social; Psicólogo	Utilizadores de droga	A designar	Uma vez por semana
<b>Cuidados de Saúde</b>	Identificar os principais problemas	Enfermeiro; Educadora Social	Utilizadores de droga	A designar	Uma vez por semana
<b>Reunião de brainstorming</b>	Apresentar e discutir o projeto; Identificar os principais problemas sentidos pela comunidade local	Enfermeiro; Educadora Social; Psicólogo	Presidentes das Juntas de Freguesia; Pároco; Presidentes de Associações de Moradores	A designar	Uma vez
<b>Debate Público</b>	Perceber a visão dos utilizadores de droga e representantes políticos, sociais e comunitários acerca da Sala de Consumo Vigiado	Enfermeiro; Educador Social; Psicólogo	Utilizadores de droga; Presidentes das Juntas de Freguesia; Pároco; Presidentes de Associações de Moradores	A designar	Uma vez

## BIBLIOGRAFIA

- Barbosa, I., (2017). *Representações dos Utilizadores de Droga acerca da Sala de Consumo Vigiado*. (Trabalho de Projeto do Mestrado em Intervenção Comunitária). Porto, Escola Superior de Educação de Paula Frassinetti. Disponível em: <http://hdl.handle.net/20.500.11796/2523>.
- Barbosa, J. (2009). A emergência da redução de danos em Portugal: da «clandestinidade» à legitimação política. *Revista Toxicodependência*, 15 (1). 33-42
- Bardin, L. (2009). *Análise de Conteúdo*. Lisboa: Edições 70.
- Bodgan, R & Birklen, S. (1994). *Investigação Qualitativa em Educação: uma introdução à teoria e aos métodos*. Porto: Porto Editora.
- Cardoso, C. (2001). “Droga”: um problema de saúde pública. *Universidade do Porto*, 3 (4). 9-17.
- Cruz, M. (2005). Antes intervir que desviar o olhar –como a redução de riscos se fez incontornável. *Revista Toxicodependência*, 11(2). 65-72.
- Fernandes, J. (1990). Os pós-modernos ou a cidade, o sector juvenil e as drogas: estudo teórico-metodológico e pesquisa de terreno. Provas de Aptidão Pedagógica e Capacidade Científica na Faculdade de Psicologia e Ciências de Educação da Universidade do Porto. Disponível em: <http://hdl.handle.net/10216/15119>
- Fernandéz, X. (2009). *Intervenção Comunitária e Práticas de Inclusão*. *Cadernos de Estudo Saber e Educar* 14. Porto: Escola Superior de Educação de Paula Frassinetti, 1- 8.
- Guerra, I. (2006). *Pesquisa Qualitativa e Análise de Conteúdo, sentido e formas de uso*. Estoril: Principia Editora.
- Macedo, T. (2000). Contributo das Neurociências para a Compreensão da Toxicodependência. *Revista Toxicodependências*, 6 (3) pp3-16.
- Nunes, L. (2003). *Representação Social da Relação Droga-Crime*. Lisboa: Universidade Lusófona de Humanidades e Tecnologia.
- Valério, M. (2009). Impacto da criação de salas de consumo vigiado no sentimento de insegurança das populações: exploração teórica inicial. *Intervenção Social*. Instituto Superior Politécnico de Gaia: Lusiada. (35) pp. 113-130.

